

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água no Estado da Bahia informarem, nas faturas mensais dos consumidores, a presença e a quantidade de agrotóxicos e de seus metabólitos identificados na água distribuída, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º Os prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano no Estado da Bahia ficam obrigados a informar, nas faturas mensais encaminhadas aos consumidores e em seus sítios eletrônicos oficiais, a presença e a quantidade de agrotóxicos e de seus metabólitos identificados na água distribuída, observado o disposto nesta Lei.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto no art. 1º, as faturas mensais deverão conter demonstrativo, redigido em linguagem clara, objetiva e acessível ao consumidor, com, no mínimo, as seguintes informações referentes à última amostragem realizada:

- I – a identificação dos agrotóxicos e respectivos metabólitos detectados;
- II – a concentração encontrada para cada substância;
- III – o Valor Máximo Permitido (VMP) estabelecido na legislação federal aplicável;
- IV – a data da coleta da amostra;
- V – a identificação do sistema ou local de abastecimento ao qual a análise se refere;
- VI – informação expressa acerca da conformidade ou não dos resultados com os padrões de potabilidade vigentes.

§ 1º Na hipótese de não haver detecção de agrotóxicos ou de metabólitos nas análises realizadas, essa informação deverá constar expressamente na fatura.

§ 2º Quando a amostragem identificar agrotóxico ou metabólito em concentração superior ao Valor Máximo Permitido (VMP), a informação deverá constar em destaque no demonstrativo, acompanhada da indicação expressa de desconformidade com os padrões de potabilidade e das orientações previstas na legislação sanitária aplicável.

§ 3º As informações constantes das faturas deverão corresponder às análises realizadas no período máximo de 60



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA



(sessenta) dias anteriores à sua emissão, observada a periodicidade de monitoramento prevista na legislação sanitária.

§ 4º A divulgação prevista nesta Lei não substitui outras obrigações de publicidade e transparência estabelecidas pela legislação federal, estadual ou por normas regulatórias.

Art. 3º Os prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água deverão disponibilizar, de forma permanente, gratuita e em linguagem acessível, em seus sítios eletrônicos oficiais:

- I – os resultados completos das análises da qualidade da água, incluindo os parâmetros orgânicos e inorgânicos monitorados;
- II – o histórico dos resultados das análises realizadas nos últimos 5 (cinco) anos;
- III – a metodologia empregada nas análises;
- IV – os pontos de coleta e a periodicidade do monitoramento;
- V – as medidas corretivas adotadas quando constatadas inconformidades com os padrões de potabilidade;

§1º As informações previstas neste artigo deverão ser atualizadas, no mínimo, semestralmente.

§2º As faturas mensais deverão conter código QR (QR Code) ou outro mecanismo eletrônico que possibilite acesso direto às informações previstas neste artigo.

Art. 4º As informações previstas nesta Lei deverão ser apresentadas em formato que possibilite sua compreensão pelo consumidor, sendo vedada a utilização exclusiva de códigos, siglas ou termos técnicos sem a correspondente explicação em linguagem simples.

Art. 5º Compete aos órgãos estaduais responsáveis pela vigilância sanitária, pela defesa do consumidor, pela regulação dos serviços públicos e pela proteção do meio ambiente fiscalizar o cumprimento desta Lei.

Parágrafo único. Os órgãos competentes poderão promover, mediante requerimento fundamentado ou de ofício, a realização de contraprova das análises apresentadas pelos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água, em laboratório habilitado, observado o disposto na legislação aplicável.

Art. 6º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o prestador dos serviços públicos de abastecimento de água às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo de outras previstas nas legislações aplicáveis:

I – advertência, com fixação de prazo de até 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade;

II – Multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por infração, graduada conforme a gravidade do descumprimento e o porte da concessionária;

III – aplicação da multa em dobro em caso de reincidência.

§ 1º O valor da multa previsto deste artigo será atualizado anualmente, no dia 1º de janeiro de cada ano, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

§ 2º Os recursos arrecadados com a aplicação das multas previstas neste artigo serão destinados, em partes iguais, ao Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente (FERFA) e ao Fundo Estadual de Saúde da Bahia (FESBA), para



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA



financiamento prioritário de ações de recuperação de nascentes, proteção de mananciais de abastecimento e vigilância em saúde das populações expostas a agrotóxicos.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por finalidade fortalecer o direito da população baiana à informação acerca da qualidade da água distribuída para consumo humano, tornando obrigatório a divulgação nas faturas dos serviços de abastecimento e nos sites eletrônicos oficiais dos prestadores, dos resultados das análises referentes à presença de agrotóxicos identificados na água distribuída.

A proposição não cria novas obrigações de monitoramento nem altera os parâmetros de potabilidade estabelecidos pela legislação federal. Seu objetivo é assegurar que as informações já produzidas pelos prestadores dos serviços de abastecimento sejam disponibilizadas de forma clara, acessível e compreensível aos consumidores.

O acesso à água potável, de qualidade e segura constitui condição indispensável para a garantia do direito à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana.

A iniciativa encontra amparo na Constituição Federal, que assegura o direito à saúde (art. 196), ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225) e impõe à Administração Pública a observância do princípio da publicidade (art. 37). O Código de Defesa do Consumidor, por sua vez, garante o direito à informação adequada e clara sobre produtos e serviços (art. 6º, III), bem como a proteção da vida, da saúde e da segurança dos consumidores (art. 6º, I), impondo aos prestadores de serviços públicos o dever de fornecer serviços adequados, eficientes e seguros (art. 22).

A relevância da matéria torna-se ainda mais evidente diante da realidade do Estado da Bahia. Dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), do Ministério da Saúde, divulgados em 2019 em investigação conjunta da ONG Repórter Brasil, da Agência Pública e da organização suíça Public Eye, revelaram a presença de resíduos de agrotóxicos na água distribuída para consumo humano em 271 municípios baianos entre 2014 e 2017. O levantamento apontou que, em quatro desses municípios — Mucugê, Camaçari, Itapetinga e São Félix do Coribe — foram detectados todos os 27 princípios ativos monitorados pela legislação sanitária vigente. Em Salvador, foram identificados resíduos de 16 agrotóxicos distintos.^[1]

A gravidade desse cenário foi igualmente evidenciada pelo Ministério Público do Estado da Bahia durante evento do Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, realizado em 2019. Na ocasião, foi informado que 14 municípios baianos não realizavam o monitoramento da qualidade da água, em descumprimento da legislação vigente. Também foi destacado que oito dos dez agrotóxicos mais utilizados na região do São Francisco não eram monitorados pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), por não constarem da portaria do Ministério da Saúde que relaciona as substâncias objeto de fiscalização.^[2]

Mais recentemente, novo levantamento da Repórter Brasil, também com base em dados do Sisagua referentes a análises realizadas em 2022 e divulgado em outubro de 2023, voltou a identificar a presença simultânea dos 27 agrotóxicos monitorados na água consumida em cinco municípios baianos: Bom Jesus da Lapa, Camaçari, Itabuna, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe.^[3]

É importante ressaltar que a ocorrência do denominado efeito "coquetel", caracterizado pela presença simultânea de dezenas de princípios ativos em uma mesma amostra de água, representa motivo de grande preocupação. Embora a



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA



legislação federal estabeleça Valores Máximos Permitidos (VMP) para cada substância de forma individualizada, especialistas alertam que a interação entre múltiplos agrotóxicos pode potencializar os riscos à saúde humana.

Embora o Decreto Federal nº 5.440, de 4 de maio de 2005, e a Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, estabeleçam mecanismos de divulgação das informações relativas à qualidade da água, a experiência demonstra que esses dados permanecem, em grande medida, restritos a relatórios técnicos e plataformas eletrônicas pouco acessíveis à maioria da população.

Ao determinar que os resultados das análises passem a constar nas faturas mensais e permaneçam disponíveis em linguagem acessível nos sites eletrônicos dos prestadores, o presente Projeto de Lei aproxima essas informações do cotidiano dos consumidores, amplia a transparência da prestação do serviço público, fortalece o controle social e incentiva a participação da sociedade no aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde, saneamento e proteção ambiental.

Além de garantir o direito à informação, a presente proposição contribui para ampliar o debate público acerca dos impactos do uso intensivo de agrotóxicos sobre os recursos hídricos, estimulando a adoção de políticas voltadas à proteção dos mananciais, ao fortalecimento da agroecologia e ao investimento, pelas concessionárias responsáveis pelo abastecimento, em tecnologias cada vez mais eficazes de tratamento da água.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos(as) demais Parlamentares para a aprovação desta relevante proposição.

[1] Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/bahia/271-cidades-da-bahia-tem-agua-contaminada-por-agrotoxicos-veja-lista-0419> Acesso em 31/07/2026

[2] Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/47159> Acesso em 31/07/2026

[3] Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/mistura-de-27-tipos-de-agrotoxicos-e-encontrada-em-agua-consumida-em-cinco-municipios-baianos-1023> Acesso em 31/07/2026

Sala da Sessões, 4 de agosto de 2026.

Deputado Hilton Coelho



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://albalegis.nopapercloud.com.br/homolog/autenticidade> utilizando o identificador 370038003100340038003A005000

Assinado eletronicamente por **HILTON BARROS COELHO** em **04/08/2026 13:49**

Checksum: **E889C4A4D3C7BD2E779EBF0B66F6C9AE0A9D553EB13790F75297AB109F7C4316**



Autenticar documento em <https://albalegis.nopapercloud.com.br/homolog/autenticidade>
com o identificador 370038003100340038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art.
4º, II da Lei 14.063/2020.